

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.214 - SP (2018/0178223-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA**
ADVOGADOS : **EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA - RJ130532**
MARIANA CUNHA E MELO DE ALMEIDA REGO - RJ179876
FELIPE MENDONÇA TERRA E OUTRO(S) - RJ179757
LUIZ HENRIQUE KRASSUSKI FORTES - DF055084
AGRAVADO : **BENJAMIN KATZ**
ADVOGADOS : **MARIA VICTORIA SANTOS COSTA - RJ049600**
RICARDO MARFORI SAMPAIO E OUTRO(S) - SP222988

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTERNET. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLEITO PARA SE DESVINCULAR O NOME DO AUTOR DAS EXPRESSÕES "DOLEIRO" E "MEGADOLEIRO " DO PROVEDOR DE BUSCA.

1. A Segunda Seção do STJ definiu a tese de que "os provedores de pesquisa virtual não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido" (Rcl 5.072/AC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 4/6/2014).

2. Agravo interno conhecido para dar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interno interposto por FACTUS ASSESSORES E AUDITORES CONTÁBEIS S/S contra decisão monocrática proferida pela Presidência desta Corte que não conheceu do agravo em recurso especial que interpusera, tendo como base a ilegibilidade do comprovante de pagamento do preparo juntado aos autos, fundamento que levou ao não conhecimento do agravo em recurso especial.

Sustenta que "o recurso especial foi protocolado em 28/09/2017, dentro do prazo legal de quinze dias úteis. Por erro na digitalização dos autos físicos na origem, não foi juntado ao presente processo eletrônico o verso da fl. 399 (e-STJ fl. 408), em que consta a autenticação mecânica comprovando o protocolo nesta data. O ponto é confirmado por certidão lavrada pelo Eg. Tribunal *a quo* (doc. nº 2)".

Afirma que "a agravante comprovou, no momento da interposição do recurso, a ausência de expediente no Eg. TJSP no dia 08/09/2017, juntando cópia do Provimento/CSM nº 2.394/2016, ato idôneo e publicado no Diário da Justiça do Estado de

São Paulo. Dessa forma, o prazo é mesmo o dia 28/09/2017, em que houve o protocolo do recurso especial".

É o relatório.

2. Assiste razão à agravante, uma vez que, por erro material de digitalização devidamente demonstrado, verifica-se que o recurso foi devidamente protocolizado em 28/9/2017.

Aliás, a certidão do TJSP de fls. 608-609 é expressa neste sentido:

Certifico mais e finalmente, que à fls. 399/530 consta petição de Recurso Especial da requerida Google Brasil Internet Ltda, com os seguintes protocolos: TJSP2INSIPI 05OUT17 09h49 2017.00330813-6(74) 100 FEFE.17.00032753-1 290917 1102 00 (na fls.399) e **TJSP13.2.12.1EXFSEstMun-28-Set-2017-17:22-201486-2/2 (no verso de fls.399).**

Assim, reconsidero a decisão de fls. 580-581 para entender que o especial é tempestivo, passando a análise de seu mérito.

3. Cuida-se de recurso especial interposto por GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

ACÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - PEDIDO PARA SE DESVINCULAR O NOME DO AUTOR DAS EXPRESSÕES "DOLEIRO" E "MEGADOLEIRO " DO LINK DE PESQUISAS DA REQUERIDA - POSSIBILIDADE DE CONTROLE DOS CRITÉRIOS DE INDEXAÇÃO DAS PESQUISAS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ACÇÃO AJUIZADA EM FACE DO PROVEDOR DE PESQUISAS - IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZA-LO POR EVENTUAIS DANOS MORAIS DECORRENTES DO CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES ORIGINAIS - DANOS MORAIS DEVERIAM TER SIDO PLEITEADOS DOS SÍTIOS ELETRÔNICOS QUE DIVULGARAM AS INFORMAÇÕES ORIGINAIS - O FATO DE A PROVEDORA DE PESQUISAS TER SIDO NOTIFICADA DA EXISTÊNCIA DOS CONTEÚDOS OFENSIVOS NÃO IMPLICA O RECONHECIMENTO DE SUA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS DE CUNHO EXTRA PATRIMONIAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 19 do Marco Civil da Internet, 186 e 927 do CC1022, do CPC.

Aduz que o acórdão foi omissivo.

Sustenta que os provedores de pesquisa na *internet* não são obrigados a remover resultados de busca, independentemente da indicação de URL, sendo "são inválidas determinações de desindexação de resultados direcionadas a provedores de busca na *internet*".

Salienta que "seria indispensável o deferimento de decisão judicial específica para obrigar a remoção de conteúdo da rede, inequivocamente individualizado".

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 548-565.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 573-574).

É o relatório.

DECIDO.

4. O Tribunal de origem assentou que:

1.- SÍNTESE DA DEMANDA - Benjamin Katz ajuizou ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela cumulado com pedido de indenização por danos morais em face de Google Brasil Internet Ltda. alegando, em síntese, que, em meados de 2005, o periódico de notícias Correio Braziliense publicou que ele, demandante, estaria envolvido em esquemas de corrupção. Sustentou que, após a CPI do Banestado ter concluído que não havia provas das condutas das quais era acusado, o periódico mencionado parou de publicar notícias difamando seu nome. No entanto, a ré, mesmo notificada, teria continuado a relacionar o nome do autor com expressões pejorativas em seu mecanismo de buscas, exibindo resultados de pesquisas que envolvem o seu nome em escândalos de corrupção.

O pedido de antecipação de tutela foi indeferido pela r. decisão de fls. 32, confirmada em grau de recurso.

Em contestação a requerida arguiu preliminar de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir. No mérito, alegou que não tinha responsabilidade e controle sobre o conteúdo publicado na internet, ao qual apenas facilitava o acesso. Ademais, alegou ser inviável a exclusão de termos do mecanismo de buscas, por poder implicar em violação de direito de terceiros (fls. 131/157).

O MM. Juiz de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na inicial (fls. 243/245).

2.- DO MÉRITO RECURSAL - **A controvérsia cinge-se à ocorrência ou não de danos morais indenizáveis e à possibilidade de se compelir a apelada a extinguir toda e qualquer vinculação do nome do apelante às palavras “doleiro” e “megadoleiro”.** No tocante aos danos morais, sustenta que ela, recorrida, deve ser responsabilizada porque, mesmo depois de notificada, teria continuado a relacionar o nome do apelante a expressões pejorativas em seu mecanismo de buscas, exibindo resultados de pesquisas que envolviam o nome do autor em escândalos de corrupção.

No caso, evidente que a apelada não possui controle de conteúdo sobre o material que exhibe como resultado de busca.

Como bem salientou o MM. Juiz de primeiro grau “a fonte causadora dos supostos danos à imagem do Autor são efetivamente os 'sites' que veicularam as notícias referidas na inicial” (fls. 244).

Assim, a reparação de eventual dano moral deveria ter sido pleiteada dos sites que veicularam as informações originais, e não do apelado, que é apenas um provedor de pesquisas.

Nem se alegue que o fato de ter havido notificação da existência de conteúdo ofensivo e inércia da apelada, por si só, geraria o dever de indenizar.

Na verdade, a mera interpelação não impõe ao provedor a obrigação de bloquear os endereços de seus resultados de pesquisa, pois não tem poder de censura sobre o conteúdo dos links que divulga.

De fato, há dois direitos fundamentais que se contrapõem: de um lado, o direito à imagem do apelante e, de outro, a liberdade de expressão e de manifestação de quem veicula as notícias. Dessa forma, sem que haja uma determinação judicial, não há como responsabilizar a apelada pelo não bloqueio dos endereços de resultados das pesquisas, consoante, aliás, dispõe o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014, art. 19).

Esse o entendimento deste E. Tribunal de Justiça:

[...]

Dessa forma, é inviável a responsabilização da apelada pelos danos morais alegados pelo apelante.

Com relação ao pedido de exclusão de toda e qualquer vinculação do nome do apelante às expressões “doleiro” e “megadoleiro”, observa-se, em primeiro lugar, que é inviável a pretensão do apelante de se condenar a apelada por conduta futura e que a apelada atua como mero provedor de pesquisa de conteúdos produzidos por terceiro e, por isso, o acolhimento da tutela inibitória, no sentido de impedir a veiculação de toda e qualquer manifestação injuriosa, mostra-se descabido, já que a ré não tem prerrogativa, nem mesmo capacidade técnica de censurar previamente o conteúdo produzido por seus milhões de usuários, de modo a impedir ofensas futuras.

Ainda assim - e pressupondo que a apelada tenha controle sobre os indexadores de seu site de buscas, já que tal fato não foi impugnado - , deve ser acolhida a pretensão referente à vinculação do nome do apelante a conteúdos injuriosos, a exemplo das expressões “doleiro” e “megadoleiro”, desde que relacionadas à CPI do Banestado.

Em outras palavras, embora se reconheça que a apelada não tem responsabilidade pelo conteúdo inserido nos sites, é certo que tem capacidade de regular os critérios que resultam da busca relacionada ao nome do apelante.

Acerca da responsabilidade da demandada pelos conteúdos apresentados em sua ferramenta de busca, esta Corte assim já se manifestou: [...]

Portanto, deve ser condenada a excluir as expressões “doleiro” e “megadoleiro” vinculadas ao nome do apelante e à CPI do Banestado dos links já existentes, devendo ser informada a respeito de links futuros,

relativos aos mesmos fatos, para oportuna remoção, sendo inviável qualquer comando em relação a outros fatos, para preservar o direito constitucional à informação.

3.- CONCLUSÃO - Daí por que se dá parcial provimento ao recurso apenas para determinar a desvinculação do nome do apelante das expressões “doleiro” e “megadoleiro”, desde que relacionadas à CPI do Banestado, mantida, no mais, a r. sentença. (fls. 335-345)

Dessarte, verifica-se que o acórdão recorrido está dissonante da jurisprudência do STJ, no sentido de que "os provedores de pesquisa virtual não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido" (Rcl 5.072/AC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 4/6/2014).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERNET. FILTRAGEM PRÉVIA. IMPOSSIBILIDADE, EM REGRA. MULTA DIÁRIA. ACÓRDÃO ANTERIOR QUE ELEVOU A MULTA. DETERMINAÇÃO PARA QUE A PARTE DISCUTA A QUESTÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 283/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. "Os provedores de pesquisa virtual não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido" (Rcl 5.072/AC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 4/6/2014).

2. A ausência de impugnação a fundamento do acórdão, no sentido de que, diante do provimento de acórdão proferido nos autos de agravo de instrumento para elevar a multa diária aplicada a parte deveria discutir a questão na fase de cumprimento de sentença, atrai a incidência do verbete n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1227394/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROVEDOR DE PESQUISA. RESTRIÇÃO DOS RESULTADOS. NÃO CABIMENTO.

1. Os provedores de pesquisa virtual não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL

da página em que estiverem inseridos.

2. Configura obrigação impossível de ser cumprida o comando judicial que impõe ao provedor de pesquisa a remoção, de seus sistemas, de resultados de buscas e do URL indicado pelo ofendido.

3. Ainda que seja tecnicamente possível a remoção do sistema de resultados de pesquisas e do URL indicado pelo ofendido, tal providência encontra óbice no direito da coletividade à proteção.

4. Agravo regimental provido.

(AgRg no AREsp 730.119/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 09/06/2016)

Incidência da Súm 568 do STJ.

3. Ante o exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 580-581 e dar provimento ao recurso especial, afastando a obrigação do provedor de busca de desindexação de resultados.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Relator